

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Pelo presente instrumento, de um lado

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade de economia mista com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho nº 300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

e, de outro lado.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas (os “Debenturistas”) adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”),

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente primeiro aditamento (“Aditamento”) à “Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples (“Emissão”), Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP” (a “Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA – DAS RETIFICAÇÕES

1.1. Pelo presente Aditamento, são realizadas as seguintes alterações na Escritura de Emissão: (i) alteração nos itens 1.1. da Cláusula I e 2.2.1 da Cláusula II, para inclusão de referência às Reuniões de Conselho de Administração nas quais foram



deliberadas características da Emissão; (ii) alteração no item 2.3. da Cláusula II para indicar a inscrição na Junta Comercial da Escritura de Emissão; (iii) alterações nos itens 3.3.1., 3.3.2. e 3.3.3., todos da Cláusula III, e nos itens 4.1.6., 4.2.1. e 4.2.2.2. da Cláusula IV, para inclusão do número de Debêntures alocadas em cada uma das três séries e o percentual de remuneração para cada uma das séries; (iv) alteração nos itens 3.2., 3.5. e 3.7. da Cláusula III, para exclusão de previsão de opção de lote suplementar e atualização de valores para 30 de junho de 2004; (v) inclusão de observação no item 4.2.2.1., para esclarecer forma de cálculo do valor das Debêntures; (vi) exclusão do item 8.1.(xx) e inclusão de item 7.1. (m), para eliminar obrigação da Emissora de manutenção de índices financeiros, cuja não observância passa a ser hipótese de vencimento antecipado; (vii) menores alterações de forma julgadas convenientes pelas partes.

CLÁUSULA II – DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

2.1. O presente Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, onde está registrada a Escritura de Emissão.

CLÁUSULA III – DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

CLÁUSULA IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores a qualquer título.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA V – DA CONSOLIDAÇÃO



5.1. Em consequência das disposições do presente primeiro Aditamento, a Escritura de Emissão, tendo sido incorporadas as retificações constantes do presente instrumento, passa a vigorar em seu inteiro teor com a seguinte redação:

ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 17 de junho de 2004, 26 de agosto de 2004 e 13 de setembro de 2004 (as “RCAs”). A ata da RCA realizada em 17 de junho de 2004 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 07 de julho de 2004, sob número 339.613/04-0 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 13 de julho de 2004. A ata de RCA realizada em 26 de agosto de 2004 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 31 de agosto de 2004, sob número 398462/04-5 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 28 de agosto de 2004. A ata de RCA realizada em 13 de setembro de 2004 será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 15 de setembro de 2004.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente a “Emissão” e as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (a “Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução



CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM nº 400/03” e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.1.2. A Emissão será realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos e limite de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), submetido a arquivamento na CVM nos termos da Instrução da CVM nº 400/03 (o “Programa”).

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de RCA

2.2.1. A ata da RCA realizada em 17 de junho de 2004 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 07 de julho de 2004, sob número 339.613/04-0 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 13 de julho de 2004. A ata de RCA realizada em 26 de agosto de 2004 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no dia 31 de agosto de 2004, sob número 398462/04-5 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, no dia 28 de agosto de 2004. A ata de RCA realizada em 13 de setembro de 2004 será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 15 de setembro de 2004.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura se encontra inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, sob número ED 000095-4/000, de 31 de agosto de 2004. O primeiro Aditamento será inscrito na mesma Junta Comercial.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, promulgado por esta entidade em Assembléia Geral realizada em 16 de janeiro de 2002 (o “Código ANBID”).

2.5. Registro para Colocação e Negociação



As Debêntures serão colocadas no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro (“ANDIMA”), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), e registradas para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e no Sistema de Negociação BOVESPA FIX (“BOVESPA FIX”), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 6ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

3.3. Número de Séries e Remuneração

3.3.1. A Emissão será realizada em três séries, sendo 231.813 (duzentas e trinta e uma mil, oitocentas e treze) Debêntures da 1ª Série (“Debêntures da 1ª Série”); 188.267 (cento e oitenta e oito mil, duzentas e sessenta e sete) Debêntures da 2ª Série (“Debêntures da 2ª Série”) e 179.920 (cento e setenta e nove mil, novecentas e vinte) Debêntures da 3ª Série (“Debêntures da 3ª Série”).

3.3.2. A remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos no item 4.2. abaixo, bem como o número de Debêntures por série, foram definidos em procedimento de *bookbuilding*, conduzido para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros.

3.3.3. Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificou a remuneração e o número de Debêntures de cada uma das séries da Emissão, em reunião realizada no dia 13 de setembro de 2004, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, no dia 15 de setembro de 2004.

Colocação



3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

Opção de Lote Suplementar

Não haverá a opção pela Emissora de aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas através de lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400/03.

3.6. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação (a) no BOVESPA FIX, no qual os negócios são liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC e (b) no SND, administrado pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP.

Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, em 30 de junho de 2004 era de R\$ 3.403.688.565,23 (três bilhões, quatrocentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) e o valor total da Emissão, acrescido do montante correspondente a debêntures de outras emissões da Emissora em circulação em 30 de junho de 2004, era de aproximadamente R\$ 1.655.116.000,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e cinco milhões e cento e dezesseis mil reais).

3.8. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

3.9. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação de obrigações financeiras da Emissora com vencimento durante o exercício de 2004, notadamente: a) resgate antecipado de Notas Promissórias da sua 2ª Emissão, no valor de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) que correspondem aos recursos captados até o momento, registrada sob o número CVM/SRE/RNP/2004/003 em 15.07.2004, e que



6

apresentam remuneração de 105% da Taxa DI e prazo de vencimento de 180 dias; b) pagamento da 3ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações, no valor atual em circulação aproximado de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), em cinco séries, registrada sob os números CVM/SRE/DEB/1999-030 a 035, com remuneração à Taxa DI acrescida de 2,85% ao ano e com vencimento em 24 de setembro de 2004; c) amortização das parcelas da 4ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações, vencidas em setembro e dezembro de 2004, no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), registrada sob o número CVM/SRE/DEB/2001-022, com remuneração à Taxa DI acrescida de 1,20% ao ano, amortizações trimestrais e o último vencimento em 15 de dezembro de 2006; d) pagamento ao Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente da União, de parcelas mensais totalizando R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) até outubro de 2004, referentes à dívida atualizada pela UPR – Unidade Padrão de Referência (igual à TR – Taxa Referencial) acrescida de juros à taxa de 8,5% ao ano e vencimento final em 2014.

3.10. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora compreende o planejamento, execução e operação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

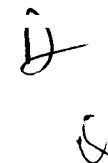

4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 01 de setembro de 2004 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie sem garantia (quirografárias), sem preferência.

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da 1ª série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2007. As Debêntures da 2ª série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de 2009 e as Debêntures da 3ª série terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento fixado em 1º de setembro de



2010. Após os respectivos prazos de vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido em 4.1.5.), acrescido da remuneração de que trata o item 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”), na Data de Emissão.

4.1.6. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 600.000 (seiscentas mil) Debêntures, sendo 231.813 (duzentas e trinta e uma mil, oitocentas e treze) Debêntures da 1ª Série, 188.267 (cento e oitenta e oito mil, duzentas e sessenta e sete) Debêntures da 2ª Série e 179.920 (cento e setenta e nove mil, novecentas e vinte) Debêntures da 3ª Série.

4.2. Remuneração

4.2.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração (a “Remuneração da 1ª Série”) que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 1ª Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP (a “Taxa DI”), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) fixada em percentual ao ano, base 252 dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.3.1, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.3.1.

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

D



Q

- J valor da Remuneração da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe valor nominal das Debêntures da 1ª Série, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

- FatorDI produtório das Taxas DI da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

- nDI número total de Taxas DI, sendo “nDI” um número inteiro;
- TDIk Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI = \left(\frac{DI}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{360}} - 1$$

onde

- k 1, 2, ..., n;
- DIk Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- dk número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “dk” um número inteiro;




FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

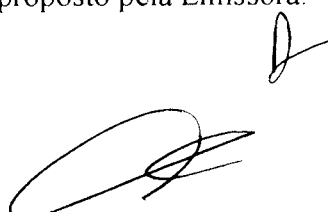
onde:

spread *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;
n É o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DT É o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;
DP É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 1ª Série.

Ausência de Divulgação: No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração da 1ª Série a ser proposto pela Emissora.



Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente e o Acréscimo sobre a Taxa DI definido no item 4.2.1.

4.2.2. *Remuneração das Debêntures da 2ª Série e Remuneração das Debêntures da 3ª Série.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série da presente Emissão farão jus a remuneração que inclui a atualização do Valor Nominal Unitário e juros remuneratórios (a “Remuneração da 2ª Série”, “Remuneração da 3ª Série” e, quando designadas em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, simplesmente a “Remuneração”), na forma descrita a seguir:

4.2.2.1. Atualização

As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do número índice do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VN_a = VN_e \times \left\{ \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right] \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right] \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right] \right\}$$

onde:

- VNa** é o Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe** é o Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- IGP-M0** é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;
- IGP-M1** é o valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;
- IGP-M2** é o valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;





IGP-Mn é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;
IGP-Mn-1 é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";
dup é o número de dias úteis da última data base até a data de atualização;
dut é o número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base.

Para os efeitos das definições acima, considera-se "datas de aniversário" as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e "data base" como a data de aniversário de cada mês.

O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Na data em que ocorrer a subscrição das Debêntures, e somente para fins de apuração do preço de subscrição definido em 4.10., caso não haja divulgação do IGP-M referente ao mês em que a subscrição das Debêntures estiver sendo realizada, deverá ser utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, a última projeção de IGP-M da ANDIMA, conforme prévia divulgada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, disponível no endereço da rede mundial de computadores "www.andima.com.br", ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

A aplicação do IGP-M será realizada anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor; nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série.

Ausência de Divulgação: No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e



12



prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração da 2ª Série e da 3ª Série a ser proposto pela Emissora.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração da 2ª Série e da 3ª Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma do item 4.2.2.2. abaixo.

Observações:

Os fatores resultantes das expressões $\left[\frac{IGP - M_n}{IGP - M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento. O produtório final, fator acumulado das variações mensais do IGP-M, é calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.2.2. Juros Remuneratórios

As Debêntures da 2ª Série e as Debêntures da 3ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, apurados mediante a aplicação de uma taxa fixa ao ano de 11,00% (onze por cento), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.3.1., calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.




13



O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times [FatorJuros - 1]$$

onde:

J	valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa	Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série e das Debêntures da 3ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

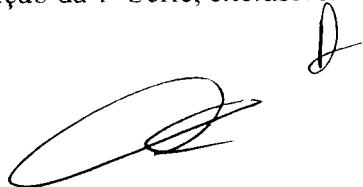
$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa	taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
n	é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;
DT	é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;
DP	é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.3. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização":

4.2.3.1. Para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração da 1ª Série, exclusive.



4.2.3.2. Para as Debêntures da 2ª Série e para as Debêntures da 3ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da respectiva Remuneração, exclusive.

Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3. Amortização

Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário, o qual será pago integralmente nas respectivas datas de vencimento das Debêntures.

4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. *Pagamento da Remuneração da 1ª Série.* Os valores relativos à Remuneração da 1ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano.

4.4.2. *Pagamento da Remuneração da 2ª Série e da 3ª Série.* Os valores relativos à Remuneração da 2ª Série e à Remuneração da 3ª Série deverão ser pagos da seguinte forma: (i) Atualização: juntamente com o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série e da 3ª Série, que deverá ocorrer na data de vencimento das Debêntures da 2ª Série e na data de vencimento das Debêntures da 3ª Série, ou seja, 1º de setembro de 2009 e 1º de setembro de 2010, respectivamente; e (ii) Juros Remuneratórios: anualmente, sempre no dia 1º do mês de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de setembro de 2005 e o último em 1º de setembro de 2009 para as Debêntures da 2ª série e em 1º de setembro de 2010 para as Debêntures da 3ª série.

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

4.6. Prorrogação dos Prazos



Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios




Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures desta Emissão poderão, observado o § 3.º do Art. 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição, com integralização à vista, no ato da subscrição. A integralização será realizada (i) em moeda corrente nacional; e/ou (ii) por meio da entrega à Emissora de notas promissórias emitidas pela Emissora de acordo com sua 2ª Emissão de Notas Promissórias para Distribuição Pública, autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora ocorrida em 17 de junho de 2004 e registrada na CVM em 15/07/2004 sob nºCVM/SRE/RNP/2004/003 (as “Notas Promissórias”). Para fins de integralização de Debêntures mediante a entrega de Notas Promissórias, será considerado o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração (conforme definido no Anúncio de Início de Distribuição Pública das Notas Promissórias) até a data da efetiva integralização das Debêntures (“Valores das NPs”), de modo que

16

para a integralização de Debêntures nos termos deste item (ii) será necessária a entrega de Notas Promissórias cujos respectivos Valores das NPs se aproximem ao máximo possível do Preço de Subscrição das Debêntures (calculado conforme o item 4.10), sendo que eventuais diferenças deverão ser complementadas em dinheiro.

4.10. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

4.13. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.14. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias



17



úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

CLÁUSULA V - ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA VI - AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures da 1ª Série, da 2ª Série e/ou da 3ª Série desta Emissão em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 6.1 poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado.

6.2. Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

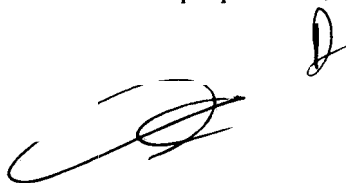
CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão e, sujeito ao disposto nos itens 7.2.e 7.3 abaixo, da imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração e encargos, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de concordata preventiva ou de auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- (b) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (c) extinção ou dissolução da Emissora;
- (d) não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de pagamento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;



- (e) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- (f) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência das Debêntures, resulte(m) em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;
- (g) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora (“Reorganização”) que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) será atribuída às Debêntures a mesma classificação de risco a elas atribuída antes da Reorganização; (iii) a Emissora não violará os índices financeiros estabelecidos no item 7.1.(m) abaixo e (iv) a receita operacional líquida da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE), conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias); ficando ajustado que os requisitos indicados nos subitens (i) a (iv) deste item são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas aqui prevista;



- (h) protestos legítimos e reiterados de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) de sua ocorrência;
- (i) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (j) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão;
- (k) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente durante a vigência das Debêntures, resultem em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita operacional líquida da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 (corrigida anualmente conforme a variação do IPCA-IBGE). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora;

pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

- (m) não observância ou manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir de 30 de setembro de 2004, a serem verificados trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: **(1) Liquidez Corrente Ajustada** superior a 1,0, devendo para esse fim ser o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante, excluída do Passivo Circulante a parcela registrada no curto prazo das dívidas de longo prazo contraídas pela Emissora; **(2) EBITDA / Despesas Financeiras** igual ou superior a 1,5, sendo o EBITDA, em relação aos 12 (doze) meses anteriores a data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no



período, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional. As Despesas Financeiras são, em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamento de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas de variação cambial (diferença de moedas). A falta de cumprimento pela Emissora das obrigações deste item somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por no mínimo 2 (dois) trimestres consecutivos, ou ainda por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (d) do item 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, ficando o vencimento condicionado à entrega pelo Agente Fiduciário de notificação à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28.

7.3. Quando da ocorrência dos eventos indicados nos subitens (e) a (m) do item 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 10.1. abaixo.

7.3.1. A Assembléia de Debenturistas de que trata este item 7.3. poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

7.3.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 7.3. por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 7.1 acima.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:



21



(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre;
- (c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;
- (d) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII - Vencimento Antecipado acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;

(ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(iv) convocar, nos termos do item 10.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

(v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;

(vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

(vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993;



(viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

(ix) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;

(x) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;

(xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;

(xii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.9 acima;

(xiii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

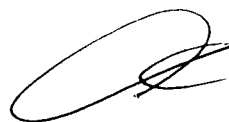
(xiv) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

(xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(xvi) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;

(xvii) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;

(xviii) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.9 acima; e



(xix) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/1983;
- h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e

l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.7 da presente Escritura..

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo.



9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.12., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - 2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



- l.6) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos no item 7.1 (m) e quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens 7.1 (f), (g) e (k);
- l.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- l.8) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na BOVESPA e na CETIP; e
 - m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.
- n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.12., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m”;
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CBLC e à CETIP;
- p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações



assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM; e

r.2) à BOVESPA, CBLC e à CETIP; e

s) acompanhar trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos no item 7.1. (m) e a ocorrência dos eventos previstos nos itens 7.1 (f), (g) e (k) e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

c) requerer a falência da Emissora; e

d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto no item 7.2., o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item 9.5.1., convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do item 9.5.1..

9.6. Remuneração

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe



competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

a) Parcelas trimestrais de R\$ 5.833,33 (cinco mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) a serem pagas durante o prazo de 72 (setenta e dois) meses, contado a partir da Data de Emissão. Os pagamentos serão devidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação dos serviços, contados a partir da data de assinatura da presente Escritura;

b) A remuneração prevista no item “a” acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título;

c) As parcelas referidas acima serão atualizadas de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela FIPE ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente a partir de 01 de setembro de 2004;

d) A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, após sua prévia aprovação; e

e) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



f) A remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

9.6.2. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.7. Despesas

A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

9.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a Emissora; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 9.7.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.4. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta



Escritura e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA X - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A Assembléia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contado da segunda convocação.

10.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

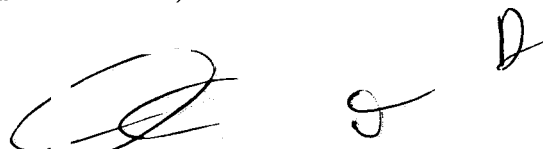
10.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Serão excluídas do quorum de deliberação as Debêntures em tesouraria da Emissora e de titularidade de diretores, conselheiros ou administradores da Emissora, incluindo as respectivas sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum e seus parentes até o segundo grau.

10.4.2. Observado o disposto nesta Escritura, as deliberações serão tomadas por Debenturistas representando, pelo menos, a maioria do total das Debêntures então em circulação presentes à respectiva Assembléia, salvo nos casos em que for



estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

10.4.3. As alterações da Remuneração, do prazo de vencimento das Debêntures e/ou dos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula VII desta Escritura, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

10.4.4. As alterações dos quoruns qualificados estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições desta Cláusula 10.4, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

10.5. Matérias de Interesse Específico

O Agente Fiduciário, a Emissora, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar separadamente uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

As matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.


CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2001, 2002 e 2003 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (f) os prospectos preliminar e definitivo do Programa (em conjunto doravante denominados “Prospecto”), bem como os suplementos preliminar e definitivo de distribuição das Debêntures (em conjunto doravante denominados “Suplemento”) conterão, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto e/ou no Suplemento em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (g) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto e/ou no Suplemento em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (h) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e/ou no Suplemento cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (i) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



(j) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução, exceto (i) no que se referir a licenças cuja não manutenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; ou (ii) conforme descrito no Prospecto;

(k) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(l) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades

(m) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(n) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

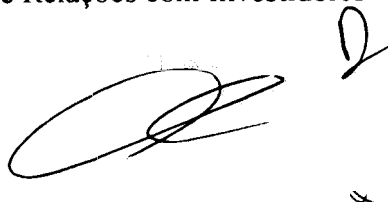
Rua Costa Carvalho, nº 300 –

05429-900 - São Paulo, SP

At.: Sr. Rui de Britto Álvares Affonso

Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Telefone: (11) 3388-8247



Fac-símile: (11) 3815-4465

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205
Condomínio Downtown
22640-100– Barra da Tijuca – Rio de Janeiro
At.: Sr. Juarez Dias Costa - Diretor
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus - Vila Iara - Prédio Amarelo - 2º andar
06029-900 - Osasco – São Paulo
At.: Sr. Rogério Penteado Felgueiras - Gerente Departamental
Telefone: (11) 3684-2309
Fac-símile: (11) 3684-5645

Para a CETIP

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563

Para a CBLC

Rua XV de Novembro, 275
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas



em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil

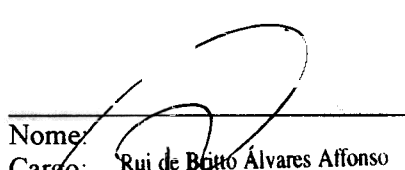


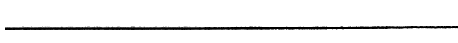
12.4 Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

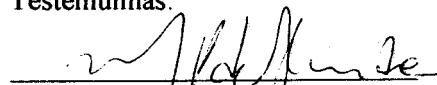
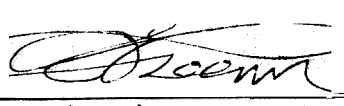
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 15 de setembro de 2004

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

 Nome: Rui de Bittou Álvares Affonso Cargo: Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	 Nome: Reinaldo J.R. de Campos Cargo: Diretor de Gestão Corporativa
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	
 Nome: Marcia Vainia de Almeida Cargo: Diretora	 Nome: Euclides Denis Gonçalves da Silva Cargo:

Testemunhas:

 Nome: Marcia Vainia de Almeida CPF: 142.573.478/99	 Nome: Euclides Denis Gonçalves da Silva CPF: 065.746.998-00
--	--